

ÁLVARO KASSAB  
kassab@reitoria.unicamp.br

**I**zabel Andrade Marson, historiadora e professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, analisa na entrevista que segue a trajetória, o legado e os principais aspectos da obra de Joaquim Nabuco (1849-1910). “Além dos vários posicionamentos – de ‘reformador social’ em O Abolicionismo, defensor da tradição monárquica em *Um Estadista*, e discreto adepto da República em *Minha Formação*, Nabuco divulgou esquemas explicativos para a história da sociedade brasileira fundados em pressupostos e argumentos acatados tanto pela ideologia liberal quanto por socialistas e comunistas”, afirma a docente. Izabel Marson é autora de *Revolução Praieira – Resistência Liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850)* e *Política, história e método em Joaquim Nabuco*, livros que interpretam, com agudeza e originalidade, episódios históricos emblemáticos do século XIX e lançam um novo olhar sobre a trajetória do político, escritor, jornalista e diplomata pernambucano, cujo centenário de morte é lembrado este ano.



A professora Izabel Andrade Marson, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: “Nabuco recolheu na história da Europa informações e figuras para tecer a argumentação de todas suas obras”

**QUEM É**

**Izabel Andrade Marson** nasceu em dezembro de 1948 na cidade de Guararapes (SP). Fez graduação em História (1970), mestrado (1975) e doutorado (1985) na USP, e a livre-docência na Unicamp (2000).  
Publicou os livros: *Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político* (Editora Moderna, 1980); *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco - 1842-1855* (Editora Brasiliense, 1987); e *Política, História e Método em Joaquim Nabuco: tessituras da revolução e da escravidão* (Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2008); *Revolução Praieira – Resistência Liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império – 1842-1850* (Editora Perseu Abramo, 2009). Publicou também capítulos de livros e artigos em revistas especializadas no Brasil e na França.  
Com Márcia Naxara (Departamento de História da Unesp-Franca) organizou *Sobre a Humilhação: sentimentos, gestos e palavras* (Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2005); e com Márcia Naxara e Marion Brepohl (Departamento de História-Universidade Federal do Paraná) organizou *Figurações do Outro da História* (Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2009) coletâneas que resultaram de Colóquios realizados pelo Núcleo História e Linguagens Políticas (Unicamp), grupo de pesquisa criado juntamente com Maria Stella Bresciani que vem investigando a intervenção dos sentimentos na prática política das sociedades contemporâneas.  
Leciona na Unicamp desde 1989 e é pesquisadora do CNPq.

# Um ‘autêntico liberal’ entre a Monarquia e a República

**Jornal da Unicamp – Suas pesquisas acerca da Revolução Praieira são referência sobre o tema no país. Em que medida esses estudos – incluindo nesse contexto o livro recente *Revolução Praieira – Resistência Liberal à hegemonia conservadora em Pernambuco e no Império (1842-1850)* – fizeram a sra. aproximar-se da obra de Joaquim Nabuco?**  
**Izabel Andrade Marson** – Grosso modo, meu interesse pela obra de Nabuco provém de duas razões relacionadas. Da preocupação teórica de rever paradigmas e representações dominantes na memória de temas da história do Brasil, dentre os quais as revoluções, preocupação expressiva entre historiadores da década de 1980 que investigaram a história política referenciando-se em releituras do marxismo e dos significados da história sugeridos por Claude Lefort, Maurice Aguilhon, Walter Benjamin, E. P. Thompson e Pierre Nora. Em decorrência desse objetivo, Nabuco se destacou por ter criado, em *Um Estadista do Império*, uma interpretação sobre a “Revolta ou Revolução Praieira” continuamente (re)trabalhada por estudiosos do tema, especialmente a partir dos anos 30 do século passado.  
Valendo-se do imaginário político e de amplas categorias apropriadas às revoluções francesas, Nabuco considerou o episódio “um movimento

social” de tendência republicana radical – “jacobina e socialista” – ou, uma guerra “do povo” contra “abusos” de grupos privilegiados remanescentes do Antigo Regime ainda vigente em Pernambuco e no Império: “os portugueses que monopolizavam o comércio nas cidades” e uma “feudalidade territorial” constituída “por senhores de engenho que monopolizavam a terra no interior”.  
Considerou também que assumira a “força de um turbilhão popular, violento, indiferente a leis e princípios” potencializado pelo “fermento socialista”, precariamente conduzido e demagogicamente explorado pelo partido da Praia, um agrupamento imaturo “sem direção e sem disciplina” dominado “pelo instinto das multidões que formavam o seu séquito”, e que propunha um programa político “impraticável” por reunir proposições dispare: “o preconceito vulgar e retrógrado da nacionalização do comércio a retalho com a republicana e socialista” reivindicada “do trabalho como garantia de vida para os cidadãos brasileiros”.  
A pesquisa de minha tese de doutorado – *O Império do Progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)*, publicada em 1987 pela Editora Brasiliense, e condensada no livro ora lançado pela Perseu Abramo – permitiu aprofundar algumas

inferências importantes sobre aquela interpretação. A primeira, que reafirmava a versão conservadora sobre a revolta, originalmente construída como libelo de acusação por seus repressores, o chefe de polícia – e depois historiador dos acontecimentos – Figueira de Melo, e o juiz que condenou os rebeldes, José Thomaz Nabuco de Araújo, pai de Nabuco. A segunda, que essa versão simplificava sobremaneira a composição da sociedade pernambucana e o conflito ali vivenciado, destacando a tendência mais incriminadora nele imbricada – a republicana. As fontes primárias esclareceram que se tratava de uma guerra civil envolvendo três tendências – conservadores, liberais monarquistas e republicanos –, sendo que o Partido da Praia congregava especialmente proprietários de médios e pequenos engenhos, comerciantes e artesãos de diverso porte do Recife, majoritariamente liberais-monarquistas, organizados numa bem articulada e aguerrida disputa por direitos recém-conquistados com a Independência – aos negócios, ao trabalho, à prática da política partidária e à vivência de uma monarquia constitucional de viés mais democrático. Eles mobilizaram um exército matizado em sua composição, embora expressivamente arregimentado nos engenhos, para lutar contra medidas políticas e administrativas

centralizadoras que lhes impediria uma representação no Senado e na Câmara; e, na Província, privilegiariam expoentes do partido conservador. Outra revelação surpreendente foi que os simpatizantes pernambucanos de um suposto “socialismo utópico”, redatores da Revista *O Progresso*, alinhavam-se com os conservadores e não com os praeiros como sugeriram Nabuco e outros intérpretes.

**JU – Joaquim Nabuco era filho da oligarquia açucareira pernambucana. Qual foi o peso dessa ascendência em seu ideário, sobretudo acerca do abolicionismo?**  
**Izabel Andrade Marson** – Nenhum, ao menos durante a maior parte da campanha abolicionista (1880-87). Apesar de ter nascido no Recife; residido no engenho Massangana até os 8 anos, ter parentes em Pernambuco pelo lado materno e se valido dos vínculos políticos de seu pai com Domingos de Souza Leão, barão de Vila Bela, chefe do Partido Liberal na Província, Nabuco construiu a duras penas uma desconfiada aproximação com a elite pernambucana: sua candidatura a deputado pelo partido liberal local foi negada em 1872 e 1876; em 1878, sua escolha pelo barão de Vila Bela provocou protestos entre os correligionários; e acabou derrotado nas eleições de 1884 e 1886 apesar do apoio do eleitorado do deputado José Mariano – artesãos, empregados do comércio, profissionais liberais e comerciantes.

Tais dificuldades se explicam por ter se formado na Corte, questionado os programas dos gabinetes liberais quando deputado por Pernambuco (1879-1881) e, sobretudo, pela afinidade com a política inglesa. A partir de 1876, Nabuco conviveu com empresários e aristocratas que frequentavam a Legação Brasileira em Londres, onde trabalhava, e estreitou laços com o barão de Penedo, chefe daquela Legação e diplomata que negociou empréstimos do governo imperial junto a banqueiros ingleses, figura na qual sempre se referenciou e a quem recorreu quando, fora do Parlamento, buscou trabalho na Inglaterra ou no Brasil. Por seu intermédio, tornou-se correspondente na Europa do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, atuou como consultor de firmas britânicas com

negócios no Brasil, e como advogado da Central Sugar Factories e North Brazilian Sugar – concessionárias de engenhos-centrais em Pernambuco –, em litígios com fornecedores de cana. Quanto à adesão daquela oligarquia ao abolicionismo, resultou de sinuosas negociações, sendo que apenas nas eleições de 1887, quando a política imperial criou expedientes que compensaram a perda da propriedade escrava, é que Nabuco contou com a anuência de parte de seus membros. Então, aliou-se a líderes “progressistas” do Partido Conservador de Pernambuco e de São Paulo – João Alfredo Correia de Oliveira e Antonio Prado –, cujo apoio foi fundamental na aprovação da Lei Áurea, justamente durante o exercício do gabinete de João Alfredo. Até seu falecimento em 1910, Nabuco consolidou seu prestígio em todo o país, especialmente pela atuação como diplomata na Inglaterra e nos Estados Unidos.  
A importância da ascendência aristocrática pernambucana foi lembrada pelo escritor no antológico capítulo “Massangana”, de *Minha Formação* (1900), quando identifica, ainda na infância e na convivência com padrinhos de batismo, proprietários daquele engenho, a tomada de consciência sobre a condição dos escravos e o compromisso com o abolicionismo, menção celebrizada por Gilberto Freyre.

**JU – No livro *Política, história e método em Joaquim Nabuco*, a sra. revela as fontes de referência e os recursos metodológicos utilizados pelo político e historiador em três obras seminais – *O Abolicionismo* (1883), *Um estadista do Império* (1899), e *Minha Formação* (1900). O que a sra. destacaria dessa incursão?**  
**Izabel Andrade Marson** – O livro sistematiza a pesquisa de minha tese de livre-docência defendida na Unicamp em 2000. Nele, ressalto o imbricamento dessas obras no debate político contemporâneo a cada uma delas, debate que se insinua na figura na qual sempre se referenciou e a quem recorreu quando, fora do Parlamento, buscou trabalho na Inglaterra ou no Brasil. Por seu intermédio, tornou-se correspondente na Europa do *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, atuou como consultor de firmas britânicas com

meira experiência republicana – com a suposta tranquilidade propiciada pelos cinquenta anos do Segundo Reinado. Para ele, a República “girondina ou jacobina”, constituía o avesso da obra monárquica: era anarquia, despotismo e risco à integridade do país.  
*Minha Formação* elabora uma autobiografia política com textos originalmente criados para o debate na imprensa (1893 e 1899). Aborda questões delicadas do presente e do passado do autor: quais as origens do seu liberalismo; as responsabilidades do movimento abolicionista na queda da Monarquia; as razões para a perseverança na opção monárquica e, em 1899, da discreta adesão à República. Na rememoração, identifica matrizes locais e europeias que sustentavam seu perfil liberal: absolve o movimento abolicionista, interpretando o fim do regime monárquico como esgotamento de uma etapa no processo de formação da nação, aquela que realizara a Independência e a abolição do cativeiro. E no último capítulo, escrito para o lançamento do livro, sugere que o “espírito liberal” e os “interesses da pátria” adequar-se-iam a diferentes formas de governo, conforme demonstravam as mudanças na trajetória do pai (de político conservador a liberal) e, principalmente, o exemplo de estadistas monarquistas da França – Thiers, Dufaure, Rémusat, Léon Say, Casimir Périer – que, em 1870, ali organizaram a Terceira República.

**JU – Ainda sobre as influências de Joaquim Nabuco, Mário de Andrade, em correspondência mantida com Carlos Drummond de Andrade, cunhou a expressão “moléstia de Nabuco” para referir-se ao deslumbramento de intelectuais brasileiros com a cultura europeia. É conhecida a influência que ideias concebidas na França e na Inglaterra exerceram sobre Nabuco. Que avaliação a sra. faz dessa influência e em que medida ela foi determinante na linha de atuação adotada por ele?**  
**Izabel Andrade Marson** – Por acreditar na expectativa de progresso pressuposta no liberalismo inglês, orientação carregada de perspectivas em seu tempo; e conceber a trajetória histórica do Brasil como experiência semelhante, embora descompassada, daquela das nações europeias, Na-

buco recolheu na história da Europa informações e figuras para tecer a argumentação de todas suas obras – discursos parlamentares, artigos para a imprensa, análises históricas e textos diplomáticos –, além da orientação que sempre norteou sua atuação política: “reforma contra revolução”. Em *Minha Formação* sistematizou as razões desse fascínio: além da convivência com o pai, os estadistas ingleses Gladstone e Disraeli teriam sido exemplos para o “reformador social” na campanha abolicionista, pois, em suas palavras, naquela circunstância, “sentia-se como se militasse sob as ordens de Gladstone”. Por sua vez, a opção pela Monarquia tinha por referência a perfeição do regime parlamentar da Inglaterra que permitia as vantagens republicanas – liberdade e individualidade – associadas ao respeito à tradição e à ordem, fundamentos de sua estabilidade. Isto porque ali se concebia que “as reformas serão governadas por algumas regras: conservar do existente tudo o que não seja obstáculo invencível ao melhoramento indispensável, e demolir com o mesmo amor e cuidado com que outras épocas edificaram”.  
Ainda, dos episódios da Revolução Francesa de 1789 e, sobretudo, do contato com republicanismo da Comuna de Paris – durante a primeira viagem à Europa em 1870 – provinha a recusa das revoluções típicas das repúblicas jacobinas ou socialistas. Nabuco avalia esse republicanismo como muito próximo daquele que presenciou no Brasil na década de 1890: dotado de um “espírito jacobino”, pautado pelo “ódio e por uma predisposição igualitária que levaria à demagogia, à intolerância e ao terror”.

**JU – Quais são, em sua opinião, os principais marcos estabelecidos por Nabuco para a história do Brasil do século XIX?**  
**Izabel Andrade Marson** – As obras de Nabuco periodizaram – estabelecendo marcos ainda respeitados por muitos estudiosos – três temas importantes da história do Brasil do século XIX: o processo oficial de abolição do tráfico de escravos, do cativeiro, e a trajetória do Império.

sociado ao de trabalhadores livres nacionais. Pretendiam também garantir o livre fluxo de capital e investidores estrangeiros para o país, interessados na criação de empresas de grande porte para a época, no caso do açúcar, os engenhos centrais. Juntamente com a mudança na legislação que controlava bancos e investimentos, esse projeto exigia o fim da escravidão sem indenização, tanto para garantir os empréstimos estrangeiros – que não podiam mais ser avaliados pela propriedade escrava – quanto para desmobilizar os tradicionais banguês que então processavam com exclusividade a cana produzida por pequenos proprietários, lavradores e rendeiros, inviabilizando assim, pela concorrência, o êxito dos engenhos centrais.  
Esse êxito dependia também da desamortização da posse da terra, explorada pelos antigos senhores e garantia de hipotecas, e seu gravamento com impostos através de uma lei agrária que impelisse os proprietários a negociá-las. O projeto abolicionista foi incentivado, de início, por empresários e comerciantes estrangeiros e nacionais interessados em investir nas novas empresas; posteriormente, atraiu os grandes proprietários brasileiros, quando contemplados com empréstimos do governo para estabelecer usinas de açúcar, ou com a vinda de imigrantes custeada pelo Estado.

**JU – Como, em sua opinião, Nabuco conseguiu equilibrar-se entre a condição de um típico liberal conservador e a pregação de ideais progressistas e reformadores?**

**Izabel Andrade Marson** – Essas assertivas não constituíam uma contradição na política brasileira da segunda metade do século XIX porque o Partido Liberal que Nabuco conheceu, e no qual atuou, resultara de uma “reforma” no Partido Liberal “histórico” do Império – fundado durante a Regência –, reforma empreendida em 1868 por políticos conservadores “progressistas” que a ele se agregaram – Nabuco de Araújo, Zacarias de Góes e José Antonio Saravia, dentre outros. A expectativa desse ato foi, por um lado, liberarem-se de um Partido Conservador que não lhes abria maior espaço político; e, por outro, oferecer uma alternativa monárquica, inspirada na tradicional orientação inglesa “Reforma contra a Revolução”, que detivesse um previsível avanço republicano. Não por acaso, em 1870, liberais descontentes efetivamente fundaram o Partido Republicano.  
Inicialmente, Nabuco defendeu o programa político do Partido Liberal reformado – mudança na legislação eleitoral, econômica e superação gradual e com indenização do cativeiro. Após contato com a Legação Brasileira em Londres, com a Anti-Slavery Society, o movimento abolicionista internacional, e a fundação da Sociedade Brasileira contra a Escravidão (1880), adotou duas alterações significativas naquele programa: primeiro, apressar a abolição; segundo, abolir sem ressarcimento, tanto porque considerava que o Estado não dispunha de recursos para indenizar todos os proprietários de escravos; quanto porque, em muitos casos, a permanência da escravidão inviabilizaria os novos empreendimentos.

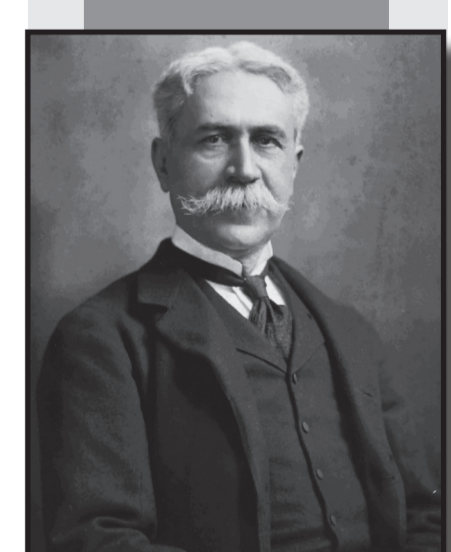
**JU – No campo econômico, como a sra. observou em entrevista recente, Nabuco pregava a abertura do país para investimentos estrangeiros, vocalizando a vontade de setores importantes do Império. O que ele e esses setores pretendiam?**  
**Izabel Andrade Marson** – Pretendiam liberar os empreendimentos públicos e particulares do controle do Estado e de uma consolidada camada de comerciantes e financistas – os Correspondentes – estreitamente relacionada a agricultores de diverso porte que utilizavam o trabalho escravo as-



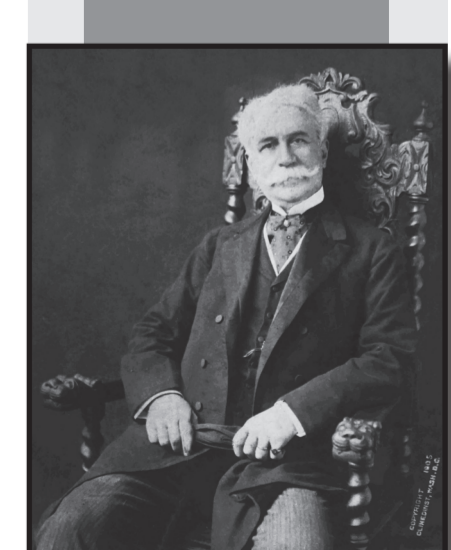
Joaquim Nabuco aos 8 anos, retratado em pintura a óleo feita no engenho Massangana, em 1857



Aos 15 anos, em 1864, no Recife



Em 1902, em Londres, como ministro plenipotenciário



Como primeiro embaixador junto ao governo dos Estados Unidos (1905-1910)